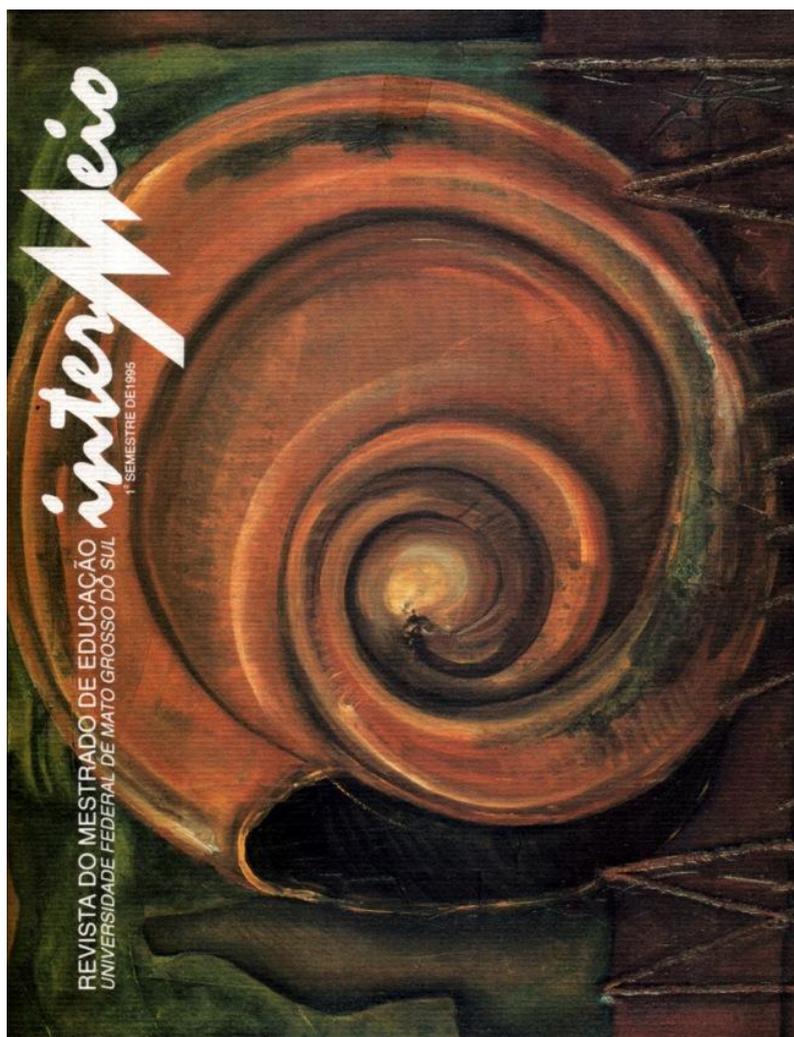


A Educação de um Ponto de Vista Histórico



*Pedro de Alcântara Figueira*¹

Artigo científico originalmente publicado in **Intermeio** - Revista do Mestrado em Educação/UFMS, Campo Grande, MS: v. 1, n. 1, p. 11-15, 1995.



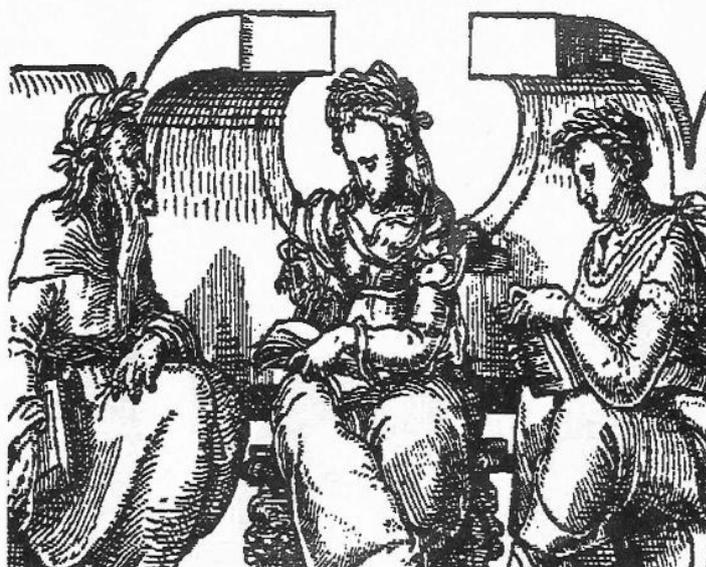
Capa da Revista



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

<https://icgilbertoluizalves.com.br>

¹ Doutor em História pela UNESP, campus de Assis. Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.



A Educação de um Ponto de Vista Histórico

Pedro de Alcântara Figueira

.....

Gostaríamos de definir, com um critério amplo, o que entendemos por Educação. Não é fácil a tarefa quando vemos que este é um terreno frequentado, com certa insistência, pelas utopias. Não há quem não pense senão numa educação perfeita. Neste particular, é mesmo difícil admitir *as coisas como elas são*. Somente os gregos se deram ao luxo de falar humanamente de seus deuses e da sua vida. Nós desenvolvemos um hábito de falar das coisas como se somente a perfeição pudesse ser compreensível. As coisas humanas, ao contrário das divinas, não são nem perfeitas, nem imperfeitas. São apenas humanas. Nós costumamos dizer que os homens são assim como eles se fazem, mas continuamos a achar que eles deveriam *pensar melhor* antes de se fazerem como eles realmente se fazem.

As concepções sobre o que se ensinar encontram-se sempre nesta encruzilhada. Não há proposta de reforma educacional que não se apresente sempre com uma face utópica. É muito raro que o reformador educacional não queira sempre fazer de sua proposição de reforma uma correção geral de toda a sociedade. A crença iluminista a respeito dos benéficos efeitos da Educação ocupou, desde o século XVIII, a cabeça de governantes, reformadores e estudiosos do assunto. Condorcet, por exemplo, pensa que o papel da educação consiste em mostrar ao homem *aquilo que é certo*. Ele partilha da crença iluminista segundo a qual o homem precisa ser ensinado a ser homem.

Esta concepção, que não é nova já na época de Condorcet, mas ganha, então, contornos de uma

Como dizia Diderot,
o homem é o começo e o fim postos em tudo,
mesmo em se tratando das coisas do mundo natural.

atividade conscientemente posta aos governantes, contém um núcleo de questões que nos interessa tratar mais de perto aqui.

Em primeiro lugar, tentemos ver onde se situa o fulcro mesmo do qual se irradia um conjunto de questões cujo lado teórico é nossa preocupação ao enveredarmos pelo terreno do ensino e da educação *lato sensu*.

Precisamos, neste ponto, referirmo-nos especialmente a este ser a respeito do qual tudo se faz e tudo se pensa: o homem. É ele, como dizia Diderot, o começo e o fim postos em tudo, mesmo em se tratando das coisas do mundo natural. No nosso entender, aquilo que nós chamamos de educação ou de ensino tem cabido um papel primordial de mostrar que o homem é um ser que se faz com plena consciência de que é preciso, no homem, matar tudo o que nele é natural. A educação nos mostra que, por mais que falemos da natureza humana, enquanto tal ela é uma criação artificial. Aqui surge uma dificuldade a respeito do entendimento que devemos ter do caráter social da natureza humana. Não temos dúvida de que o homem é um ser social. Mas, o que nos interessa ver aqui é como esta natureza social está em relação com este fenômeno igualmente social que nós denominamos de educação.

Vale a pena, neste ponto de nossa argumentação, fazer um pequeno parêntese explicativo do momento histórico em que queremos situar



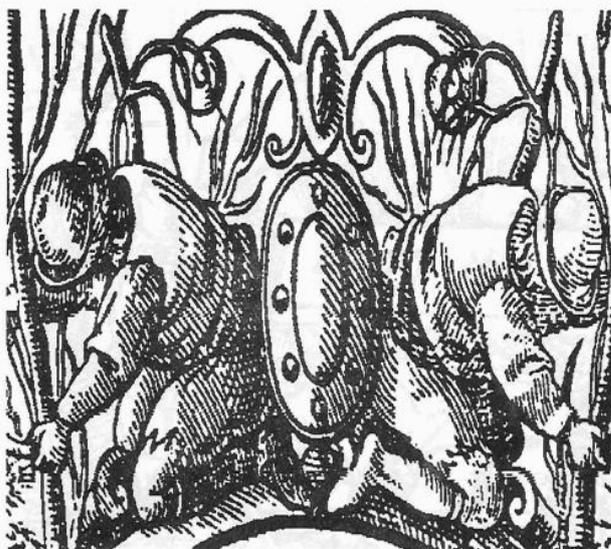
a nossa perspectiva teórica a respeito da ação do processo educativo. Fica evidente, pelo que já dissemos, que nós entendemos por educação, ou melhor, por processo educativo, algo mais amplo do que a atividade da Escola propriamente dita, e é este algo que lança novas luzes sobre a função ordenadora

e sistematizadora desta última. É preciso dizer, neste ponto, que, nos momentos de profunda transformação da sociedade humana, como aquela que deu início à época burguesa, a escola vira escolástica. Nestes momentos, como diz Descartes, ela só ensina aquilo que já se sabe. Isto não desmerece a Escola, mas apenas mostra que ela perece enquanto instituição que faz parte da sociedade que se decompõe. Mas a verdade é que a nova sociedade ainda não tem, e nem pode ter, a escola condizente com os novos ditames e valores sociais. Tudo o que os mestres sabem se ordena ainda segundo a velha ordem social.

Está, portanto, posta a questão que consiste em saber *o que se deve e como se deve ensinar*. A outra questão que está posta é que, enquanto saber e enquanto ordenação sistemática do conhecimento, ou seja, tanto no que diz respeito à matéria a ser ensinada, quanto ao modo como ensinar, não se tinha nenhum cânone melhor do que aquele resíduo cultural deixado pela velha ordem social. Neste ponto, já a nova doutrinação ou a inoculação da nova ordem

*Não é pelo nascimento
que os indivíduos têm direito à vida.
Esta é, ao contrário, resultado da ação de cada um.*

social na mente dos indivíduos - mesmo dos dominantes - já é uma tarefa necessária, é uma luta em todas as frentes para construir a nova ordem *conscientemente*. Damos, aqui, todo o realce ao aspecto consciente da questão, pois é de um processo intencional, posto como tal e como divisão do trabalho, que vamos tratar ao fazer estas considerações históricas sobre o processo educacional em geral.



Nossa preocupação se concentra tanto na elucidação deste processo geral em que está em causa a construção de uma nova ordem social, quanto no entendimento do modo como esta mesma construção se converte numa ação consciente que tem como objetivo vital fazer com que uma nova época histórica entre, de um modo intencional, portanto consciente, nas mentes dos indivíduos. Isto significa que, tanto no que respeita à burguesia quanto ao proletariado, a ideologia que lhes corresponde *naturalmente*, por serem parte integrante da sociedade burguesa, não lhes é dada *automaticamente*, mas é um processo em que até a violência cumpre um papel civilizatório. Vale dizer que a relação social capitalista não estava previamente inscrita em nenhum livro, e que os indivíduos que iriam compor esta nova ordem social não tinham como ensinamento de vida senão o que ainda estava em criação, ou, então, os velhos ensinamentos da sociedade que se

despedia do mundo dos vivos. A opção por uma outra coisa significou um processo de luta que tomou conta deste período da história.

A velha ordem ensinava que a honra e a submissão irrestrita eram os bens supremos. A nova ordem passaria a divulgar aquilo que Locke sintetizou de uma maneira admirável ao deri-

var a existência humana da própria atividade produtiva, isto é, o trabalho. O que a nova época tinha para inculcar nos indivíduos consistia em mostrar-lhes que a existência não é uma dádiva ou um milagre, mas é algo que se conquista. Ela tinha que mostrar que a existência não está garantida simplesmente pelo nascimento. Não é pelo nascimento que os indivíduos têm direito à vida. Esta é, ao contrário, resultado da ação de cada um. É isto que nos ensina Locke, ao anunciar o nascimento da sociedade burguesa. Quem ler o Lazarillo de Tormes verá que a natureza nobre tinha que ser sepultada com muito trabalho para que a sociedade do *trabalho*, da Economia Política, viesse a prevalecer. Cervantes, por sua vez, mostrou como os ensinamentos que serviram à ordem em que havia cavaleiros endoideciam, agora, os indivíduos.

Está posto, portanto, para cada época histórica, aquilo que é mais apropriado para se aprender e para se ensinar. Uma época determinada não ensina uma qualquer coisa, um qualquer corpo de saber. Ensina, sim, aquilo que sabe e que pode e deve ensinar. Aquilo que

*A natureza humana de uma determinada época
não é uma simples resultante de forças cegas, mas uma luta
com marcas bem definidas.*

deve ensinar e, portanto, se sabe ensinar, nasce com as relações reais dos indivíduos. E o que uma nova época tem como tarefa sua é ensinar aos indivíduos que eles não podem existir de uma qualquer maneira - como Dom Quixote -, mas de uma maneira social, isto é, de um modo determinado, e, não, de um modo qualquer, que seria o mesmo que negar a existência. Senão, como Dom Quixote, eles pagarão por fazer uma "má figura".

É a partir desses pressupostos que nós gostaríamos de lançar as bases de um estudo teórico dos fundamentos dos sistemas educacionais que, no curso da história da humanidade, mostraram que a natureza humana de uma determinada época não é uma simples resultante de forças cegas, mas uma luta com marcas bem definidas. O processo educativo não é, neste sentido, um apêndice mais ou menos inútil de que a sociedade pode prescindir. Ao contrário, a educação é algo tão visceralmente social que a sociedade humana não poderia ter este seu atributo essencial, o de ser humana, se esta componente não fizesse parte dela.

Mas o processo de aprendizado, que não significa senão *aprender a conviver numa determinada situação social*, é, por sua vez, uma batalha que os membros da sociedade travam entre si, e, às vezes, consigo mesmos. Parece não restar qualquer dúvida que os indivíduos



devem aprender o significado geral da sociedade em que vivem. E, neste sentido, há algo que é comum a todos os membros de uma dada sociedade. Por mais profissões que a divisão do trabalho comporte, e por mais que para cada uma delas haja um aprendizado particular, o certo é que, tanto para o filó-

sofo quanto para o lixeiro, há que existir um denominador social, a *cidadania*, se quiserem, ou o *meio termo*, como queria Aristóteles. Toda sociedade tem que se definir a este respeito. Nenhuma pode deixar em aberto aquilo mesmo que marca a sua diferença com relação a outras sociedades e a outras épocas. A Escola deve aprender o que é este *comum* para poder desempenhar a sua tarefa de acordo com as exigências e necessidades da sociedade em que ela atua. Quando nasce uma nova sociedade, ela tem que lutar contra aquilo que permanece da antiga. No terreno específico da Escola, passa-se um período razoavelmente longo até que as mais variadas tentativas cedam lugar a um ideário que centralize todas as expectativas de vida que a nova sociedade pode oferecer.

Quando nasceu a sociedade burguesa, o seu ideário consistiu em transmitir a todos os membros da sociedade que o ócio é uma coisa contrária à própria existência. Estava em jogo uma condenação aos princípios da sociedade aristocrática, que ensinava, então, que o trabalho era algo condenável e contrário à vida.

*O esforço que uma nova sociedade faz
para descobrir qual o caminho a ser seguido passa pela
demolição do edifício da sociedade anterior.*

Não podemos ignorar que o código de honra a que se reduzira a aristocracia, no momento em que o seu mundo começa a ruir, tinha sido construído com muita luta e trabalho. Desvencilhar-se do trabalho e identificá-lo com a classe dos servos foi um esforço civilizatório tão grandioso, no caso da



aristocracia, quanto o foi, para a burguesia, mergulhar-se inteiramente nas atividades mais "suja" e "condenáveis". O que é regra numa época deixa de sê-lo em outra. Os homens inventarão tantas regras quantas forem necessárias. A aristocracia fica paralisada somente quando as suas ações não conseguem mais fazer funcionar o conjunto todo da sociedade construída à sua imagem. O que ela faz, a partir de certo momento, não a garante mais como classe dominante.

Podemos dizer que a nossa época, a época burguesa, não conseguiu inventar um ideário completo e adequado para si senão nos Estados Unidos. Lá a sociedade feudal e seu cortejo ideológico não deixaram qualquer vestígio. Lá se extirpou de vez qualquer marca da sociedade contra a qual a Europa continuou lutando até recentemente. A vitória sobre a feudalidade só se mostrou completa na América e, especialmente, no país onde o trabalho na forma capitalista significou uma ruptura, a mais radical possível, com o passado.

Parece não restar dúvida que o supremo

ideal do processo educativo como um todo é fazer do indivíduo um membro da sociedade. Para conseguir tal objetivo a sociedade depende de forças significativas. Sob este aspecto, o trabalho educativo passa a se confundir com uma tarefa civilizatória de caráter geral. A sociedade tem, então, que definir qual é a sua *ética*. O esforço que

uma nova sociedade faz para descobrir qual o caminho a ser seguido passa necessariamente pela demolição de todo o antigo edifício da sociedade anterior com o qual ela se depara. Ela encontra, invariavelmente, um processo de dissolução que leva os membros da sociedade em decomposição a perderem os seus laços sociais. Por esta razão, toda sociedade nova, até os nossos dias, tem-se deparado com a necessidade de ter que criar novamente seres civilizados, mesmo porque a civilização de uma época histórica não serve como civilização para uma outra época. O que tem se verificado é que só na medida em que uma nova sociedade contribui para a decomposição da velha civilização, apressando o seu fim, é que ela define com clareza e distinção qual o papel a que ela se destina. Só assim é que ela define o seu ideário para a Escola.

PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA é doutor em História pela UNESP/Assis. Como Professor visitante, ministra atualmente a disciplina "História da Educação" no Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul